

Prefeitura recua em empréstimo para compra de ônibus elétricos

Contemplado pelo PAC com R\$ 210 milhões, município não vai assinar o contrato previsto com o governo federal

WALTER DUARTE
redacao@jornalribeirao.com.br

A Prefeitura de Ribeirão Preto deve desistir de um financiamento de R\$ 210 milhões, aprovado em 2024 pelo governo federal, para a compra de ônibus elétricos. Contemplado com os recursos via PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) durante a gestão do ex-prefeito Duarte Nogueira (PSD), o projeto foi recebido com ressalvas pela administração do prefeito Ricardo Silva (PSD).

O principal motivo do recuo é o modelo de operação das linhas, hoje exploradas pelo Consórcio PróUrbano. Pelo contrato, é dele a responsabilidade de adquirir os veículos que rodam pela cidade.

Hoje, o consórcio atua com 306 ônibus movidos a Diesel e quatro elétricos adquiridos por determinação da prefeitura. Comprados após as empresas receberem um repasse de R\$ 70 milhões do município, além de subsídios mensais, os modelos têm ar-condicionado, carregador de celular e novos validadores para recebimento através de PIX e cartão de crédito.débito. O projeto selecionado pelo PAC impactaria cerca de 20% dessa frota.

As regras do programa federal previam a compra dos ônibus pelo município. Outra exigência era de que os veículos fossem fabricados no Brasil.

Ao anunciar a seleção do município pelo PAC da Mobilidade, o então prefeito Duarte Nogueira chegou a cogitar repassar os veículos elétricos para o consórcio por meio de contratos de comodato. A proposta não agradou o corpo técnico da nova administração.

Outro ponto considerado “problemático” foi a aprovação, posterior, de outro financiamento do PAC: um projeto de mais de R\$ 1,1 bilhão para implantação de um corredor de mobilidade conectando as zonas Leste e Oeste da cidade. O acordo foi assinado com pompa pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no final do ano passado.

A avaliação é de que o contrato para eletrificação



Atual frota do transporte coletivo de Ribeirão já conta com quatro ônibus elétricos, adquiridos pelas empresas que operam as linhas

parcial da da frota “pesaria” no orçamento sem trazer grandes benefícios para os usuários, além de reduzir o espaço fiscal para contratações de novos créditos para obras consideradas prioritárias pela gestão.

Apesar de subsidiadas, as operações têm juros e são pagas pelo município, sob pena de bloqueio em repasses tributários.

Em nota, a Secretaria de Comunicação do governo Ricardo Silva ressaltou que a cidade “segue contemplada” pelo financiamento, mas aponta que a frota foi trocada recentemente e que “atende” aos requisitos contratuais.

“A operação e a gestão da frota são atualmente de responsabilidade integral do Consórcio PróUrbano, que vem cumprindo as condições previstas em contrato e, recentemente, realizou a entrega de 40 novos ônibus convencionais e quatro veículos elétricos, reforçando e qualificando o serviço prestado. Neste momento, a frota em circulação atende às exigências contratuais e não apresenta necessidade imediata de substituição. Ainda assim, a Prefeitura não descarta a adoção de novas medidas futuras, sempre com foco na melhoria contínua do atendimento à população”, diz o texto encaminhado ao Jornal Ribeirão.

Chefe da RP Mobi era defensor da troca

O diretor superintendente da RP Mobi - estatal responsável pelo trânsito e pelo transporte público de Ribeirão Preto - Marcelo Galli era um dos defensores do projeto de eletrificação, ainda que parcial, da frota.

O recuo na compra dos 60 ônibus elétricos representa uma derrota política para o dirigente, que “sobreviveu” à troca de governo, já que comandou a empresa no governo Nogueira e

seguuiu no cargo com a eleição de Ricardo Silva.

“A intenção é que implante esse modelo de veículo na cidade, mesmo que seja de modo modesto, pois essa é uma tecnologia que chegou ao Brasil para ficar. Iremos analisar o desempenho como a autonomia de cada um dos veículos e o gasto energético”, disse Galli, em 2024, após um dos testes com veículos eletrificados. Ao longo dos últi-

mos três anos, foram testados ônibus fabricados na China e no Brasil.

A assessoria de comunicação da RP Mobi foi procurada para comentar sobre o projeto, que estava travado desde a mudança de gestão, mas “passou a bola” para a comunicação do prefeito.

A nota oficial da administração praticamente descartou a assinatura do contrato nos moldes do que foi aprovado pelo governo federal.

COMUNICADO OFICIAL

Centro do Professorado Municipal de Ribeirão Preto

O Centro do Professorado Municipal de Ribeirão Preto (CPM) informar a todos os servidores municipais, e em especial aos profissionais do magistério, sobre uma importante iniciativa em prol da categoria.

Em defesa dos direitos e da valorização dos educadores, o CPM protocolou um pedido de audiência junto ao Prefeito Ricardo Silva. O objetivo primordial deste encontro é apresentar e discutir as demandas específicas do magistério, com foco na reposição salarial e na resolução das pautas acumuladas, muitas delas represadas desde o período da pandemia. O CPM reafirma seu compromisso e informa que atuará em conjunto com as demais entidades representativas dos servidores municipais nesta empreitada, buscando a melhor solução para as questões que afetam diretamente a carreira e as condições de trabalho de nossos professores e especialistas em educação.

Manteremos todos os servidores informados sobre os desdobramentos desta solicitação e os resultados da audiência.

CPMRP - Centro do Professorado Municipal de Ribeirão Preto
Av. Professor João Faria, 1506 - Ribeirão Preto - SP
CNPJ 04.171.228/0001-73
Ana Rita Maurino
Diretora